

## Brutal, **CGPAR 23** é ainda pior para trabalhador@s da **Holding** e do **Cepel**

A reunião de hoje entre o CNE e a Eletrobras será a nona rodada de negociação do ACT 2020, mas desde a primeira ficou claro que além de se recusar a repor minimamente as perdas do período, a intenção da holding é, também, a de penalizar a categoria através da retirada de benefícios e, principalmente, da implantação da CGPAR, que é ainda pior para trabalhador@s da holding e do Cepel.

Pode-se resumir o que aconteceu até hoje nas rodadas de negociação dizendo que das oito reuniões as seis primeiras foram para negociação do ACT nacional, já as duas últimas aconteceram com o grupo de trabalho denominado Comissão de Assistência à Saúde, que se resumiu à apresentação do projeto de Assistência à Saúde nas Empresas Eletrobras, imposta pela Resolução CGPAR 23.

Já divulgamos que a intenção da empresa é que o trabalhador pague um percentual do custo do plano, sendo os trabalhador@s da holding e do Cepel os mais prejudicados, já que a estes o percentual seria de 50% e a empresa ainda divulgou dois informativos em que distorce a verdade, já que o CNE vem participando, junto à Comissão de Assistência à Saúde. o impacto financeiro e emocional que a adequação à CGPAR trará a trabalhador@s.

A representação dos trabalhador@s da holding e do Cepel tentou agendar uma reunião em caráter **urgente urgentíssimo** com o DS, Luiz Augusto, antes da terceira reunião com a comissão, mas ele, que declara disponibilidade em atender às Entidades de Representação sempre que solicitado, ao ser acionado informou que não nos atenderá em tempo hábil, contrariando sua declaração e fazendo-nos acreditar que não há interesse da direção em resolver questões que desestabilizam

emocional e financeiramente trabalhador@s da holding e do Cepel.

Em protesto diante dessa demonstração de descaso, as entidades de representação dos trabalhador@s da holding e do Cepel, que fazem parte da Comissão da CGPAR 23, decidiram **não participar da terceira reunião marcada para hoje**.

Alertamos a trabalhador@s da holding e do Cepel para as **próximas convocações de assembleias** em que serão discutidas e deliberadas nossas atitudes quanto ao ACT e essa proposta ao mesmo tempo indecente e maquiavélica da direção da Eletrobras para os planos de saúde.

Não ficaremos de braços cruzados assistindo a este verdadeiro massacre contra trabalhador@s e temos recebido apoio de parlamentares como a Deputada Erika Kokay (PT-DF), que é autora do Decreto Legislativo (PDC) 956/18, que pede a nulidade dos efeitos da Resolução CGPAR 23, alegando que além de reduzir a participação das estatais no custeio dos chamados planos de autogestão, a Resolução 23/18 desrespeita o direito à livre negociação e tem foco na privatização dos convênios dos empregados públicos. A proposta ainda será analisada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, mas já foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

É bom salientar que após revisão da referida Resolução, entendemos que a CGPAR 23 só poderá ser aplicada, caso não seja votada na CCJ, para novos funcionários, via concurso público.

Mas, até lá, continuaremos a luta em defesa da categoria.